



Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Franca

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 24/10/1943

BASE TERRITORIAL:

Municípios de Franca, Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodósqui, Buntzál, Cristais Paulista, Guarã, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jardinópolis, Jacupiranga, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim e São José da Bela Vista

SEDE PRÓPRIA: Rua Cavaleiro Petrágila, 459 - CEP 14405-327 - Fone (16) 3723-9510 - FRANCA-SP
E-mail: sindmoto@francanet.com.br

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES - NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PERDA DA C.N.H. OU DA CERTIFICAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO

Configura-se hipótese de rescisão de contrato de trabalho por justa causa, além daquelas previstas no Artigo 482 da CLT, a cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a perda definitiva da classificação legal necessária para o exercício da função ou da certificação de transporte coletivo pelo motorista, fundada na pontuação por infrações de trânsito.

Configura-se hipótese de suspensão de contrato de trabalho, a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a perda temporária da classificação legal necessária para o exercício da função ou da certificação de transporte coletivo pelo motorista. O contrato de trabalho permanecerá suspenso enquanto perdurar o impedimento para o exercício da função de motorista de veículo de transporte público coletivo. Caso o impedimento para o exercício da função de motorista de veículo de transporte público coletivo perdure por mais de 90 (noventa) dias, é lícito à empresa rescindir o contrato de trabalho por justa causa.

Parágrafo Único: Todos os motoristas, após submetidos a renovação da CNH e quando solicitado, deverão entregar à Empresa cópia do respectivo documento atualizado, bem como da aprovação no curso de transporte coletivo, sob pena de sofras as sanções legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- ACERTO DE CAIXA DO MOTORISTA/COBRADOR

A Empresa concederá a todos os empregados que tenham a atribuição de cobrança de passagens, um prazo de 10 (dez) minutos para o acerto de caixa. As partes acordantes têm por verdadeiro que o tempo aqui concedido é suficiente para que se realize todo o procedimento e, obrigatoriamente, deverá estar registrado na ficha/controle de ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MULTA

Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) do piso salarial do motorista "B" por infração, em caso de não cumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no presente acordo, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

A duração normal da jornada de trabalho, ressalvada a hipótese de compensação de jornada conforme abaixo disciplinado, respeitará o limite de 07h20m (sete horas e vinte minutos) diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, podendo ser acrescida de horas suplementares, sendo considerado como hora trabalhada o período em que, conforme escala, o empregado ficar à disposição da empresa. Serão desconsideradas as variações de jornada iguais ou inferiores a 10 minutos, seja em relação à entrada, saída e intervalos.

Parágrafo Primeiro: Faculta-se a compensação de jornada de trabalho, sem a necessidade de